

EGRESSOS: DIREITOS DE CIDADÃO?

BRUNO HEBERT DORNELAS¹

FLÁVIA CAROLINA M. DE SOUZA²

KELLEN V. VOTRI³

PATRÍCIA KELLY SIMONATO⁴

RAFAELA TERRES VEIGA⁵

YASMIN SIMÕES DE GOIS⁶

Orientadora: ANDRÉA CRISTINA MARTINS⁷

RESUMO

O Estado, que outrora previa aos transgressores da lei apenas função repressora, apresenta atualmente objetivos voltados tanto às punições quanto à ressocialização dos apenados. Na vanguarda, o Estado do Paraná desenvolve programas de apoio ao egresso, apenado que cumpre pena em regime aberto, com suporte de uma unidade do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN-PR) intitulada Patronato. Por mais pioneira que seja a iniciativa paranaense, coloca-se em questão a eficiência dos programas para que não se tornem meros geradores de esperança e expectativas, tanto aos apenados quanto à própria sociedade. Isso pelas garantias proporcionadas pelo regime aberto efetivo, frustradas em vários momentos como observado durante o desenvolvimento de pesquisa realizada através de entrevistas com um grupo de egressos que participam de programas do Patronato-PR, sendo traçado e identificado o perfil deste grupo.

Palavras-chave: Egressos. Regime Aberto. Patronato.

ABSTRACT

¹ Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Curitiba, Curitiba (PR). Acadêmico do curso de Direito, Faculdades OPET, Curitiba (PR).

² Acadêmica do curso de Direito, Faculdades OPET, Curitiba - PR.

³ Acadêmica do curso de Direito, Faculdades OPET, Curitiba - PR.

⁴ Acadêmica do curso de Direito, Faculdades OPET, Curitiba - PR.

⁵ Acadêmica do curso de Direito, Faculdades OPET, Curitiba - PR.

⁶ Acadêmica do curso de Direito, Faculdades OPET, Curitiba - PR.

⁷ Orientadora, Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, advogada do Instituto Lixo e Cidadania, Professora de Sociologia Jurídica do curso de Direito das Faculdades OPET e da disciplina de Direito na Universidade Positivo, Curitiba - PR.

The state, which once provided the only lawbreakers repressive function, has now targeted both goals to punishments as the rehabilitation of inmates. At the forefront, the State of Paraná develops programs to support the egress, which inmates serving time in the open, supported by a unit of the Penitentiary Department of the State of Paraná (DEPEN-PR) titled Employer. For more pioneering initiative that is the Paraná, puts into question the efficiency of programs that do not become mere generation of hope and expectations for the inmates and the society itself, through the guarantees provided by the scheme open effective guarantees these frustrated as observed during the development of research conducted through interviews with a group of graduates who participate in programs of Employer-PR, interviews which can trace and identify the profile of this group.

Key-words: Alumni. Open Scheme. Employers.

1. INTRODUÇÃO

Aos presos encarcerados após o cumprimento de períodos estabelecidos legalmente o apenado pode usufruir a possibilidade de enquadramento no regime aberto ou semi-aberto, conforme a Lei de Execuções Penais vigente. Há outro benefício previsto nesta lei, o de assistência ao preso. No Paraná foi instituído, pela Lei nº 4.788, o Patronato, local destinado a trabalhar com a ressocialização do indivíduo que cumpre regime aberto nesse Estado. O presente artigo pesquisa sobre os meios, as necessidades e desafios de se reinserir um indivíduo criminoso ao seu meio natural, na condição de cidadão comum, através desse órgão estatal.

2. METODOLOGIA

Inicialmente a pesquisa foi parte do processo de avaliação da disciplina de Sociologia Jurídica do Curso de Direito da Faculdade OPET durante os meses de março e abril de 2010 e que posteriormente foi ampliada durante os meses de maio e junho do mesmo ano.

A metodologia utilizada para análise deste grupo social foi o método exploratório, a investigação se baseou em entrevistas, sob a forma de questionário englobando perguntas objetivas e subjetivas, as quais foram aplicadas em 29 egressos inscritos em programas do Patronato Paranaense da cidade de Curitiba, através de formulários compreendendo 11 questões com

finalidade de verificar a percepção do entrevistado sobre o direito; se possuía conhecimento da violação do direito do menor, se acreditava que existia relação entre o direito violado do menor e o nível social no qual ele está inserido; como via a possibilidade de reinserção social através das atividades do Patronato; os aspectos sociais percebidos do ponto de vista de quem se encontra na condição de pessoa recém saída de um cárcere prestes a libertar-se à sociedade, ou não.

3. QUEM SÃO OS EGRESSOS?

3.1 CONCEITO

Um dos sentidos vinculados ao egresso encontrados no dicionário, FERREIRA (1999): detento ou recluso que, tendo cumprido sua pena, ou por outra causa legal, se retirou do estabelecimento penal.

Segundo a Lei de Execução Penal (LEP)⁸, em seu art. 26, considera-se egresso o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova, ou seja, é o preso que foi liberado do estabelecimento prisional no decorrer do ano seguinte e o que ainda cumpre pena em Regime Aberto tendo que cumprir algumas exigências judiciais antes de acabar sua pena. Salienta-se, desde já, que para produção da pesquisa citada foram entrevistados apenas sujeitos em regime aberto e em cumprimento das exigências judiciais.

3.2 DIREITOS DOS EGRESSOS

Há menção de direitos aos egressos em duas oportunidades na LEP. Primeiramente ao art. 10 consta: “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”, e em seu Parágrafo Único é citada extensão dessa

⁸ Lei Ordinária n.º 7.210/84, disponível em < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em 24 de março de 2010.

assistência aos egressos compreendendo a assistência material, à saúde, jurídica; educacional; social; e religiosa.

No art. 25 da LEP, dispõe: “A assistência ao egresso consiste: I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado pelo prazo de 2 (dois) meses. Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.”

É amplo o rol de assistência amparando direitos que visam, o retorno do detento, no caso dos apenados em regime aberto, à sociedade de certa forma gradativa, tornando-os um cidadãos.

4. HISTÓRICO E OBJETIVOS DA UNIDADE PENAL DE APOIO AO EGRESSO NO ESTADO DO PARANÁ: PATRONATO

O Paraná é um dos estados pioneiros na tentativa de ressocialização do apenado na sociedade. Inicialmente na cidade de Londrina, foi criado um programa que tinha por objetivo trabalhos com os presos da Cadeia Pública da cidade favorecendo-os com o Projeto Albergue.

Em 1977, por meio da Resolução 098, visando à fiscalização e acompanhamento do apenado, foi instituído o “Programa THEMIS”.

Com a publicação da Lei de Execução Penal (LEP) nº 7210, em 1984, o Governo Federal consolidava a obrigatoriedade da assistência ao preso das Unidades Penais e um ano após esta publicação, através da lei nº 4.788, estabeleceu-se no Paraná, através da lei nº 4.788, o Programa Estadual de Assistência ao Apenado e Egresso.

Com objetivo de cumprir as determinações da LEP, ao DEPEN-PR imputou-se fiscalizar e dar apoio às demais unidades e, além disso, é também fiscalizado pelo Ministério Público e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ressaltando o desempenho da pena como um processo jurídico-social.

A seguir o Patronato Penitenciário do Estado do Paraná (Patronato – PR) foi mais uma novidade implantada por meio do Decreto nº 609, no ano de 1991, tornando-o uma unidade do DEPEN – PR, que dá o suporte para a execução de programas assistencialistas, visando essencialmente atender

apenados beneficiados com a progressão para o regime aberto, liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos, liberdade vigiada, prestação de serviços à comunidade e os com suspensão condicional da pena, por determinação da Vara de Execuções Penais, dos Juízes das Varas Criminais e Justiça Federal.

Atualmente, o Patronato – PR coordena a operacionalização do Programa Pró-Egresso, programa prevendo a igualdade entre os cidadãos, proporcionando-lhes acesso à justiça, sendo que a grande maioria da sociedade não tem condição nem entendimento para buscar a garantia de seus direitos, também atende e acompanha os indivíduos que se apresentam ao Programa, durante o tempo de sua pena, promovendo uma reflexão de sua realidade e de seu delito, auxiliando-os no convívio social e no exercício da cidadania. No entanto, é determinada a execução de várias exigências judiciais que, não sendo cumpridas pelo apenado, implica na sua realocação para o presídio a fim de voltar a cumprir sua pena em Regime Fechado.

Esse programa oferece ainda: assistência necessária ao egresso, nas áreas jurídica, social, psicológica e pedagógica para que seja possível a sua reinserção na sociedade. Disponibiliza, também, atendimento à família, bem como qualificação profissional, captação de vagas no mercado de trabalho junto à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho/Agência do Trabalhador, confecção de carteira de trabalho e, até mesmo acompanhamento psicoterápicos dos réus de liberdade vigiada, e aos indicados para participar de grupos como Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos.

Dispõe até mesmo de uma medida judicial de Prestação de Serviços à Comunidade, que possui caráter educativo, sendo uma das maneiras de possibilitar a reinserção social dos egressos de instituições penais.

5. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO PESQUISADO

O processo de reintegração social dos presidiários são temas freqüentemente abordados por respeitáveis juristas e acadêmicos, no entanto o que se pode perceber é que uma minoria busca investigar a trajetória destes quando lhes é concedido o regime aberto, ou seja, quando o apenado passa a viver em sociedade novamente.

Verificou-se na pesquisa que 20% do total não souberam responder a pergunta o que é o direito, e os demais declararam não terem seus direitos de cidadão garantidos.

O egresso exprime revolta quanto aos direitos que lhe são violados. Analisando o conjunto de normas que dão ao egresso o direito de liberdade, após o cumprimento da pena em regime fechado ou semi-fechado, percebe-se a abundância de direitos violados desse grupo social, 90% dos entrevistados dizem ter seus direitos completamente esquecidos, a começar pelo direito de informação, presente na Lei de Execução Penal como orientação e apoio à reintegração.

Após a saída do sistema carcerário o apenado não sabe, porque não lhe é informada, conforme relatado nas entrevistas realizadas, o que terá de fazer para permanecer em liberdade, o que contribui para a reincidência dessas pessoas na prática de outros crimes.

Percebe-se nas entrevistas outra violação aos direitos, que é a falta de tempo hábil para atenção à lista de condições que o Juiz atribui na Carta Suplementar⁹, o preso como conseguir um emprego fixo em até 30 dias após sua soltura, além de ter que realizar trabalho comunitário, e ainda recolher-se até as 22h00min horas na casa de albergado, ou na sua própria residência. Questiona-se como uma pessoa sem ter todas essas informações, sem ter muitas vezes qualificação profissional, sem moradia e na maioria das vezes sem documentação pessoal, pode cumprir com todas essas obrigações?

Nas entrevistas evidenciou-se a irresignação dos entrevistados pelo fato de ter que se apresentar todo mês no Patronato, em horário comercial, tendo que se ausentar do trabalho sem poder justificar, pois se assim o fizerem, perdem emprego.

Ficou muito claro que os egressos não têm conhecimento jurídico algum de sua situação, bem como não tem recebido instrução compatível ao caso, sendo, por vezes, tolhidos pela própria sociedade, cada dia mais alienada, no cumprimento das exigências. Afinal, somente terá seu nome excluído do rol de culpados, depois de paga toda a sua dívida com o Estado.

⁹ Carta Suplementar – Documento onde o Juiz determina o que o egresso deve ou não fazer durante o Regime Aberto

Quando a relação entre a condição social e a violação dos direitos, 70% relatam não existir interferência. A interferência verificada pelos outros 30% é baseada no maior poder aquisitivo de alguns egressos que tem seus processos acelerados por pagarem advogados particulares, já os egressos que podem ter apenas advogados gratuitos reclamam da demora e do péssimo atendimento desses profissionais de ordem pública e gratuita. Mas cabe o questionamento: será que não interfere, ou não percebem essa interferência pela impossibilidade de uma análise mais profunda da realidade social?

Todos os entrevistados tinham entre 18 e 39 anos e na maioria homens. Quanto à escolaridade: 20% têm ensino fundamental incompleto, 30% ensino fundamental completo, 30% ensino médio incompleto, 10% ensino superior e o mesmo percentual declarou ter ensino superior incompleto, apenas 10% dos entrevistados estudaram em rede de ensino particular.

O direito de ensino ao apenado é garantido e estipulado pela Lei de Execuções Penais e pela Constituição Federal, no entanto percebe-se na pesquisa que dentro dos presídios não tem acesso a este tipo de educação e não há programas que sejam realmente levados a sério.

Segundo Kant (2002:11) “O homem é a única criatura que precisa ser educada.” Na presente situação seria o caso de uma reeducação, nesse contexto, percebe-se a necessidade da sociedade buscar oferecer chances àqueles que, ao saírem do sistema carcerário, buscam mudar de vida.

Levanta-se a questão devida aceitação da sociedade e da família do egresso percebida pelos mesmos, metade dos entrevistados declarou ter tido aceitação enquanto os demais sentiram algum tipo de repúdio dos familiares após a sua prisão.

Tavares (2004) aponta a existência de uma relação, pelo conformismo das pessoas, entre a violência e a exclusão social incidente aos violentos. Seu estudo expõe a exclusão social como uma das manifestações mais violentas contra indivíduos em nossa sociedade por produzir uma carência de horizonte de perspectivas. O autor menciona a prisão brasileira como mecanismo de oficialização da exclusão, e que não fornece qualquer expectativa a quem passou por precariedades e privações infligidas pelo sistema socioeconômico.

Na pesquisa percebe-se a influência da mídia, ao serem questionados se os meios de comunicação influenciam na vida ou na prática dos crimes, os

entrevistados foram surpreendidos com a indagação, refletiram rapidamente sobre o assunto e 80% afirmaram nunca terem sido estimulados pela mídia a cometer algum delito, os demais admitiram alguma intervenção. Entretanto, foi notado que nunca haviam refletido profundamente sobre o tema.

Marx (1980:68) definiu a mídia como o “cão de guarda público”, ou seja, o povo precisa perceber a importância dos meios de comunicação e como esses canais influenciam nossas vidas, para que então pudessem enxergar o certo e o errado, principalmente acerca do Estado e suas ações. Marx (1980:68), critica a censura, e a manipulação do Estado através da imprensa: “A censura não é uma lei, mas uma medida policial, uma má medida policial, porque não consegue o que quer, nem quer o que consegue.”.

Prosseguindo sua argumentação, Marx (1986) ainda desafiou o Estado a formular por princípios legais e universais o que é feito pelos censores, com fulcro no fato de a administração da censura ter sido atribuída à polícia e não aos tribunais.

E ainda descreve a censura como uma medida precatória da polícia contra a liberdade. Enquanto a lei de imprensa regula o uso da liberdade, a lei da censura pune, como suposto abuso, a liberdade. O autor permite-nos concluir que a mídia, de modo geral, deveria ter papel informativo-investigativo a cerca do funcionamento estatal, fornecendo subsídios cobranças populares e que a censura seria uma forma de retaliação da imprensa pelo poder do Estado.

A natureza humana é vastamente discutida por inúmeros pensadores e filósofos, havendo dois destaques dos séc. XVII e XVIII: Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau. Com base nos estudos desses filósofos, levantou-se a questão implicando basicamente estabelecer a posição dos egressos quanto à origem da motivação dos indivíduos no cometimento de atos criminosos. Para tanto relembremos de duas idéias filosóficas distintas: de um lado Thomas Hobbes, com o leviatã, nos remete a condição do “homem lobo do homem” que desde o nascimento tem características de tirania. Segundo Hobbes a vida em sociedade como em risco eminente de guerra entre as pessoas, justificando a necessidade de se ceder parte dos direitos individuais a um soberano, para preservar a própria vida; E em outro lado, Jean Jacques Rousseau que idealizou a condição do homem de boa índole desde o

nascimento, o homem corrompido e de estado natural modificado pela vida em sociedade.

Outrossim, colocou-se em pauta as idéias sintetizadas na seguinte pergunta: indivíduo é corrompido nato ou a sociedade o corrompe? Das entrevistas 100% aponta que é a sociedade quem corrompe o homem.

6 EGRESSO: DIREITOS DE UM CIDADÃO COMUM?

Quanto ao processo de ressocialização do egresso, a partir dos dados estatísticos apresentados nas entrevistas, fica evidente que o egresso não tem os mesmos direitos de um cidadão comum, mesmo readquirindo sua liberdade e estar vivendo em sociedade.

A falta de oportunidade e de igualdade, o preconceito e o descaso estão intrinsecamente ligados à eficiência do governo em dar melhores condições para que o apenado possa ser mais bem preparado enquanto está recluso, visto que quando ganha liberdade muitos não conseguem ao menos cumprir as exigências determinadas pelo Juiz, como conseguir um trabalho e realizar o trabalho comunitário, por exemplo, quanto mais reinserir-se na sociedade como um cidadão comum.

Somado ao desamparo do governo, na sociedade, por vezes, impera o preconceito implicando ao transgressor a pena social da discriminação, que, ao contrário das sanções previstas em lei, não tem forma ou prazo pré-definido. É simplesmente ignorada a tênue diferença entre um tratamento que apenas alvitre o infrator do delito cometido e uma ação de repúdio que em nada admite a possibilidade de retorno do egresso à sociedade: sem esquecer-se da condenação, não há impedimento para que o agente seja contratado, por exemplo, para uma função que tenha características apartadas às do crime, observando, também, a identificação de possível conduta patológica; de outra forma a ação discriminatória caracteriza-se como represália ao sujeito, uma vingança social prorrogando o pagamento pela delinqüência.

A oportunidade concedida ao egresso não seria apenas meio de cumprir as exigências judiciais para manutenção do regime aberto, mas também proporcionaria um real recomeço com dignidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito dos direitos violados, ou não, dos egressos é notório que a falta de informação, compreensão, dentro do perfil educacional apresentado, é a maior problemática na tentativa de reintegrar esse grupo no seio da sociedade.

Por desinformação, preconceito e descaso, tanto por parte do governo quanto da sociedade, o processo de ressocialização do egresso no programa da Unidade Penal de Curitiba é considerado por muitos apenados deficiente, apesar de ser um instrumento de grande importância para o indivíduo que queira ter uma vida social digna e com os devidos direitos e garantias fundamentais de cidadão comum.

Contudo, é evidente que para essa realidade social mudar é preciso que a sociedade cumpra também o seu papel na geração de oportunidades, uma vez que, essa feita, a chance do criminoso tornar a cometer delitos é menor. É dever de todos colaborar para que haja menor desigualdade e, conseqüente baixa de infratores reincidentes, a criminalidade terá menores índices.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda de. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Ed. Martin Claret, São Paulo, 2006.

KANT, I. *Sobre a pedagogia*. Tradução Francisco Cook Fontanella. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Tradução Brasileira de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MARX, Karl. *Notas sobre as recentes instruções prussianas relativas à censura*. In.: MARX, Karl; ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. 3 ed. Tradução Brasileira de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1986.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. São Paulo: Bushatsky-Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução de Ricardo Rodrigues da Gama. São Paulo: Russel, 2006.

TAVARES, G. M. MENANDRO, P. R. M. *Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro*. Psicologia Ciência e Profissão, 2004

DEPEN/PR. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br>. Acesso em: 25/mar./2010.

BRASIL. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 24/mar./2010.